

SESSÕES DO PLENÁRIO

76ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 30 de agosto de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto e Zó.(50)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Antes de anunciar o Pequeno Expediente, há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados (Lê) *“Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 21.966/2016 de autoria do Poder Executivo.”*

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Do Deputado Jânio Natal comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 09/08/2016.

Do Deputado Paulo Câmera comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 15, 16, 17 e 18/08/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno expediente. **(Oradores Inscritos)**

Com a palavra o meu querido amigo deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, vejo aqui os funcionários da Conder, que se encontram apreensivos querendo saber como esta Casa vai se posicionar diante desse projeto de lei. Vejo aqui também os concursados, os peritos de 2014, delegados e escrivães do concurso de 2013, agentes penitenciários que também aguardam as suas nomeações por parte do governo do Estado da Bahia.

Ao acompanhar os jornais, no início da semana, deputado Fábio Souto, pude observar que a violência no Estado da Bahia não para de crescer. O prefeito de Camaçari pede socorro, porque foram 11 homicídios naquela cidade de quinta a domingo. E em todo o Estado da Bahia temos relatos de uma violência crescente. Temos delegados concursados e formados pela Academia de Polícia, escrivães e investigadores, peritos concursados formados pela Academia de Polícia e uma parte aguardando ser chamada pela Academia de Polícia. Temos agentes penitenciários aguardando, também, apenas a nomeação por parte do governo do Estado.

Se observarmos, o governo do Estado da Bahia vem se colocando... e o Líder do Governo, deputado Zé Neto, ocupou esta tribuna, na semana passada, falando que as coisas iriam acontecer, deputado Hildécio. Pergunto: quantos assassinatos, quantos homicídios precisaremos ver acontecer ainda mais na Bahia para esta Casa cobrar definitivamente do governo a nomeação desses concursados que podem mudar essa triste realidade do Estado?

Vejo aqui nesta Assembleia Legislativa os deputados da Oposição, deputado Luciano Ribeiro, levantando a sua voz e cumprindo com o seu papel. Fomos eleitos para sermos aqui a voz da sociedade baiana que grita por socorro nos quatro cantos do Estado da Bahia. E a ampla maioria, a ampla base do governo, hoje, faz ouvido de mercador. Finge que está tudo bem, finge que o Estado da Bahia é um estado seguro para se viver.

Mas nós desta Bancada de Oposição – que somos menores em número, mas somos maiores na vontade de defender o Estado da Bahia – não nos agachamos nem nos acovardamos. Vamos levantar a voz dos baianos e cobrar do governo a nomeação

dos peritos, a nomeação dos agentes penitenciários e a nomeação dos policiais civis. Porque são os nossos eleitores que nos cobram por onde passamos.

Existem duas formas de agir neste Parlamento: uma é defender os interesses da Bahia sem se ajoelhar para o Poder Executivo; a outra é fingir que está tudo bem, é fingir que a Bahia é um estado seguro para se viver, é fingir que não investimos dinheiro na formação dos concursos públicos dos peritos, dos agentes penitenciários e dos policiais civis. E vamos fingindo que o Estado da Bahia vai bem, que está tudo bem.

Quero saber dos 63 parlamentares que compõem esta Casa: quantos chamarão a atenção do governo do Estado para a nomeação desses policiais? Quantos vão tapar os ouvidos e continuarão a fazer campanhas políticas pelo interior da Bahia como se estivesse tudo bem? Farei a minha parte, cobrarei todos os dias, porque tenho sido cobrado pelos meus eleitores e lutarei para corresponder a confiança que tive.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Terei oportunidade de voltar a esta tribuna e cobrarei incansavelmente até que a Bahia volte a ser um Estado seguro para se viver.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes nas Galerias Paulo Jackson, funcionários. Caro deputado Adolfo Viana, V.Ex^a falou aqui uma coisa muito interessante: nós tentamos, em nossa Bancada de Oposição, ser a voz da sociedade baiana, mas infelizmente esse governo não tem ouvidos. O governo é surdo, cego e mudo.

Ao longo do nosso mandato, temos aqui chamado atenção para os problemas da saúde pública e da segurança pública na Bahia. Ainda hoje, deputado Alex da Piatã, recebi em meu gabinete uma senhora do interior, cuja mãe está há cerca de 15 dias em uma UPA aqui em Salvador, prestes a perder a perna porque não há vaga na UTI. A tal da regulação não consegue regular nada, a tal da regulação só tem contribuído com essa fila enorme de pacientes precisando de vagas nos hospitais públicos da Bahia e que nunca encontram. Muitas vidas têm sido ceifadas por essa ineficiência do governo da Bahia em relação à saúde.

Deputado Adolfo Viana, a segurança pública talvez hoje seja, de fato, o pior problema que temos em nosso Estado. E veja: simplesmente, por falta de planejamento e de prioridade. Esse é um governo que não tem prioridade para com as causas, para com o trabalho. É o governo que quer fazer e não se planeja nada e, portanto, não tem prioridade. A saúde pública e a segurança pública neste Estado são totalmente desconsideradas.

Ainda ontem e hoje, meu caro deputado Rosenberg Pinto, V.Ex^a que é o Líder do Partido dos Trabalhadores, o sistema *Ferry Boat* foi praticamente interrompido por

manifestações de familiares da Ilha de Itaparica e de Vera Cruz pelo alto índice de violência naquelas localidades. Se não me engano, uma criança de aproximadamente 6 anos de idade sumiu. Ela estava brincando numa praça e sumiu sumariamente. Há suspeitas de que tem um grupo lá dentro de Vera Cruz roubando crianças para fazer tráfico. Essa é a situação que o nosso Estado vem vivendo nos últimos anos sem dar prioridade a essas questões que são importantes para o convívio da nossa sociedade, para a convivência entre seres humanos.

Portanto, quero fazer um apelo ao Líder do Governo, deputado Zé Neto, para que leve ao governador a preocupação desta Casa. A nossa preocupação, quando chegamos aqui para criticar, é acima de tudo para contribuir na solução dos problemas pelos quais passa a nossa Bahia.

Eu ia falar mais uma vez, meu caro deputado Zé Neto, sobre os projetos de lei que são votados aqui nesta Casa, mas o Presidente Marcelo Nilo já nos deu uma boa notícia: finalmente, segundo ele, chegarão amanhã, depois de aproximadamente 8 meses de votados. E o governador, numa atitude autoritária, não sancionou, não vetou e até hoje não encaminhou, para esta Casa tomar as devidas providências.

Portanto, meu caro deputado Zé Neto – V.Ex^a que está em campanha eleitoral lá em Feira de Santana –, não esqueça de cobrar ao governador para que devolva a esta Casa os projetos de lei que aqui são votados por iniciativa dos deputados. Inclusive por deputados da Base do Governo. Não são somente os deputados da Oposição que têm os seus projetos engavetados no gabinete do governador. Também os da Base do Governo, que não estão sendo respeitados e nem tendo a devida atenção do governo do Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã):- Com a palavra o deputado Fábio Souto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu volto à tribuna para falar de um tema recorrente, que preocupa não só a nós deputados, mas toda a população baiana, que é o crescimento vertiginoso da violência em nosso Estado.

Na última semana nós tivemos os dados do Mapa da Violência. Para vocês terem uma ideia, a taxa de homicídio por 100 mil habitantes por arma de fogo por unidade da Federação saiu, em 2004, de 11,7/100 mil para 30,7/100 mil habitantes. Para vocês terem uma ideia, vários estados evoluíram nessa questão. Vou dar o exemplo do Estado de São Paulo, que tinha 19,4/100 mil habitantes como número de homicídios por armas de fogo e passou, em 2014, para 8,2/100 mil habitantes.

A Bahia, que, em 2004, era a 15^a com 11,7, passou em 2014 para 30,7, ocupando a 8^a posição. Todas as análises técnicas trazidas por esse estudo nacional, que tem credibilidade, mostram o que todos nós sentimos na pele: o aumento constante da violência em nosso Estado. No último final de semana, nós observamos

o prefeito de Camaçari pedindo ajuda ao governo do estado, pedindo reforço, porque de quinta-feira até domingo, deputado Adolfo, foram 11 mortes somente naquele município.

O que nos infelicita mais ainda é que a maioria desses homicídios é todo de jovens de 15 a 22 anos. Assassinados. Isso nós observamos em várias cidades do nosso Estado, como Mata de São João, uma das mais violentas do País, Simões Filho, Porto Seguro, Itabuna, Teixeira de Freitas, várias cidades.

Nessas cidades, deputado Luciano, existem prefeitos de todas as vertentes partidárias, do PT, do PSDB, do DEM. Em todas elas, nestas eleições municipais, o assunto em voga é a melhoria da segurança pública nos municípios pelo governo do Estado, atribuição que é exclusiva do governo do Estado e à qual o governo vem descuidando. E como coloquei aqui, com dados do estudo do mapa da violência, a Bahia, efetivamente, demonstra que o governo não tem olhado como deveria olhar a questão da segurança pública em nosso Estado.

Vejo aqui, mais uma vez, os peritos lutando por seus direitos, homens e mulheres que prestaram concurso, passaram e esperam ser chamados. Digo a todos que a Bahia precisa de todos vocês com urgência.

Um dos maiores problemas, deputado Alex, nessa questão da violência, é a resolutividade dos crimes. Mata-se um cidadão, hoje, em Camaçari, Ilhéus, Itabuna, Porto Seguro, Salvador e, infelizmente, por falta, em muitos casos, de perito, de corpo policial, esses homicídios não são desvendados, fazendo com que se crie uma bola de neve no número de homicídios, que cada vez mais aumente o número de homicídios no Estado da Bahia.

Eu, como sempre faço, vou respeitar o tempo que nos é dado, respeitando o Regimento desta Casa. Mas chamo a atenção, mais uma vez, desta Casa e do governo do Estado para a questão da segurança pública em nosso Estado, que, infelizmente, vai de mal a pior.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado, Sr. Deputado Fábio Souto. Pela ordem e descrição do deputado de Juazeiro da Bahia, às margens do Rio São Francisco, lembro do Trio Nordeste: “de Juazeiro a Petrolina, de Petrolina a Juazeiro”. Com a palavra o deputado Zó, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- O poeta já dizia que nas margens do Rio São Francisco nasceu a beleza.

E é sobre Juazeiro que eu vou falar, Sr. Presidente. Na verdade é um assunto que está em toda a Bahia e em todo o Brasil, em Petrolina e Juazeiro também. É uma grande preocupação nossa, colegas deputados e deputadas.

Hoje recebi em meu gabinete alguns profissionais de Educação Física, e tive uma reunião com o presidente do Cref, Conselho Regional de Educação Física. Nós estamos com um problema que envolve, pelo menos, 200 profissionais na cidade, e

mais alguns na cidade vizinha de Petrolina. Mas não é só lá, em Juazeiro, deputado Fábio Souto, o problema ocorre na Bahia inteira e no Brasil.

O problema é o seguinte, Sr. Presidente: lá existem duas instituições, uma é a Faixa – trouxe, inclusive, a cópia do diploma de um estudante de lá, Luiz Fernando Alves de Lima –, em que as pessoas estão se formando em um curso reconhecido pelo MEC. Quando as pessoas se formam e recebem seus diplomas descobrem que o curso só tem autorização para funcionar na cidade de origem. Ou seja, essa Faculdade Santo Augusto - Faixa só tem autorização para funcionar no Rio Grande do Sul, na Cidade de Porto Alegre, parece-me. Mas esse curso de Educação Física está sendo feito em outras cidades. Soube que existem outros cursos também.

Esse estudante, Luiz Fernando Alves de Lima, foi levado à delegacia por exercício ilegal da profissão. Teve que pagar um salário mínimo a uma entidade social lá, em Juazeiro, e prestar serviços a essa entidade.

Alguns, inclusive, estão sendo demitidos dos seus trabalhos porque o diploma que é entregue por essa faculdade não é reconhecido pelo Conselho de Educação Física.

Sabem qual é o problema? É que esse curso continua funcionando em Juazeiro, Campo Formoso, em outras cidades na Bahia inteira, no Brasil inteiro. Isso é um estelionato. Isso já está no Ministério Público Federal, e me parece que na própria Polícia Federal. Mas a faculdade continua funcionando.

O MEC precisa tomar uma providência, porque as pessoas gastam durante alguns anos, 3 anos, 4 anos, deputado Adolfo, pagam a mensalidade, terminam o curso e não podem exercer a profissão.

Quem vai arcar com isso se um dos coordenadores desse curso era um profissional do Cref, Conselho Regional de Educação Física, de Pernambuco. Como alguém que é do conselho dá aula num curso que não é legalizado? Está havendo CPI em Pernambuco para apurar isso.

Quero suscitar à Comissão de Educação, através do seu presidente, Eduardo Salles, que façamos uma discussão sobre isso, para ver se é só o curso de Educação Física ou se há outros.

Imaginem que alguém, ou sua família, faz muito esforço para estudar, paga o curso, ocupa seu tempo, e depois de 4 anos vai exercer sua profissão e não pode! Em Juazeiro, por exemplo, algumas pessoas formadas nesse curso passaram no concurso público que a prefeitura fez para professor de Educação Física. Soube que alguns estão trabalhando, mas, pelo que foi dito pelo presidente do conselho hoje, correm o risco de perder o emprego. E, aí, quem vai pagar por isso? Quem vai indenizar essas pessoas pelos danos sofridos?

Então, quero trazer essa discussão para a Assembleia Legislativa da Bahia para que interrompamos todos esses cursos que estão ilegais no Estado, para que esses profissionais... Que tenhamos uma discussão com o MEC sobre como essas faculdades vão ressarcir aos profissionais e ver até onde o MEC tem culpa nisso, onde há culpados. Porque os menos culpados são as pessoas que se formaram. Imaginem

que se alguém é do conselho de Medicina, de Educação Física ou Engenharia e é coordenador de um curso isso dá a credencial de que esse curso tem validade.

Então, isso está sendo colocado. Já está havendo mobilização em nossa região. São em torno de 200 profissionais formados, Sr. Presidente, e mais diversos alunos estudando nessa faculdade.

Quero deixar esse lembrete, essa recomendação, para que na próxima reunião da Comissão de Educação definamos em que dia faremos uma audiência pública para discutir esse assunto na Assembleia Legislativa, porque tem muita gente em Juazeiro e região pagando sem dever, e também na Bahia inteira.

Então, é bom que esta Casa fique alerta, porque estão cometendo estelionato na área da educação superior na Bahia, através de institutos que vêm do Sul, como esse Faixa, que está pregando peça e enrolando as pessoas lá, em Juazeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, obrigado, Sr. Deputado!

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, questão de ordem!

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, quem falará agora é o Líder do PT, um dos deputados mais influentes do Parlamento. Com certeza, irá fazer um discurso para discutir os problemas nacionais que o País está vivendo nos últimos 2 dias. Mesmo sendo um deputado da Oposição, Líder da Oposição, quero convocar todos os colegas para que venham assistir ao discurso de Rosemberg.

Então, peço a V. Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto, para contraditar.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, acho que o deputado Sandro Régis tem razão. Não por mim, que sou um humilde deputado da minha querida Cidade de Itororó, na qual Sandro Régis também é votado, e muita gente se orgulha de votar nele para deputado.

Na realidade, não havia pensado em, no Grande Expediente, falar do cenário nacional. Queria me ater muito ao cenário local, mas, a pedido do deputado Sandro

Régis, para que ele tome conhecimento mais profundo sobre o golpe que os diversos partidos que compõem aquela aliança que mantém o golpista Michel Temer no poder, na Presidência, no lugar de uma mulher honesta, que foi eleita com 54 milhões de votos...

Então, deputado Sandro Régis, atendendo ao vosso pedido, mudarei para que eu possa fazer uma avaliação, atendo-me a determinadas questões pelas quais estamos passando no Congresso Nacional em relação ao cenário brasileiro.

Darei o aparte, se V. Ex^a desejar, para que interceda e, assim, possamos debater sobre o cenário nacional.

Por isso, presidente, quero aproveitar para conclamar todas as Sr^{as} e todos os Srs. Deputados a se fazerem presentes aqui ao Plenário desta Casa, atendendo o pedido do deputado Sandro Régis, para termos o quórum para a continuidade desta sessão.

Em que pese um acordo... Se o deputado retirar...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O deputado Sandro Régis veio aqui à Mesa e pediu para retirar o pedido de verificação de quórum.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana para uma questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o deputado Sandro Régis, nosso Líder, fez um sinal pedindo para que se retire essa questão de ordem. Farei isso a pedido dele.

Mas quero chamar a atenção desta Casa Legislativa de que estamos recebendo, hoje, os funcionários da Conder neste Plenário. Precisamos ter atenção e respeito para com eles, que estão preocupadíssimos com o projeto de lei que deve ser apreciado nesta tarde. Projeto esse que altera e extingue o quadro de empregados da companhia. No meu modo de pensar, é uma coisa que me traz muita preocupação. Particularmente, não acho que isso venha a acontecer nesta Casa.

Acho que esse, sim, deve ser o ponto principal a ser debatido nesta tarde de terça-feira, sem esquecer dos concursados da Polícia Técnica, da Polícia Civil e os agentes penitenciários. Vamos esquecer um pouco do cenário nacional, que está sendo bem cuidado pelo Senado da República, e vamos tratar dos problemas do nosso Estado, porque esses, sim, são os problemas que cabem a nós deputados estaduais.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado.

Concedo a palavra ao ínclito deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido presidente Carlos Geilson, agradeço ao deputado Sandro Régis por ter retirado o pedido de verificação de quórum para a continuidade desta sessão.

E também vou mudar o meu foco de debate para o cenário nacional, atendendo ao pedido desse grande Líder da Minoria nesta Casa, sem dúvida alguma, sensibilizado com o massacre que a presidente Dilma Rousseff vem recebendo de

alguns senadores e de uma parte da grande mídia do Brasil.

Antes, deputado Sandro Régis, quero me ater a duas questões que têm me chamado atenção. Nesta eleição – e a legislação permite que se faça isso –, alguns representantes da Polícia Militar e da Polícia Civil podem concorrer às eleições numa legislação diferenciada para esses servidores. Eles podem se filiar a partidos num prazo diferente dos demais cidadãos e cidadãs. Acontece que isso tem gerado problemas em algumas cidades, a exemplo da cidade de Varzedo, em que um dos candidatos é policial civil. Ainda hoje, falei para o comandante, o delegado-chefe da Polícia Civil, que a pessoa ser policial civil e ter o direito legítimo e constitucional de disputar, pleitear ser prefeito ou vereador numa cidade do nosso Estado, ele não pode usar da sua prerrogativa de policial para criar constrangimento à população daquela cidade.

Peguei esse caso como exemplo, mas é natural que possa existir em outros locais. Esse é um caso concreto em que a Justiça Eleitoral – exatamente por entender que um dos candidatos é um policial civil – definiu espaço para os candidatos. No dia em que um candidato faz manifestação, o outro, não faz, para evitar qualquer tipo de constrangimento aos apoiadores. Não há um cumprimento por parte dessa candidatura que acaba atraindo policiais de outras cidades numa constituição de apoio àquela candidatura, virando um constrangimento para a sociedade de Varzedo.

Na última manifestação que aconteceu, que era de um candidato opositor a ele – que não deveria acontecer – um carro de comunicação foi atravessado numa pista evitando a passagem dos manifestantes, dos apoiadores desse outro candidato. Isso, obviamente, pode levar a uma situação crítica de disputa e poderá tomar rumos que perca o controle da sociedade. Levanto essa questão da mesma maneira que fiz ao delegado-chefe da Polícia Civil. Aqui, faço em público para que tenhamos as eleições sem a interferência simbólica da instituição, seja ela Polícia Militar ou da Polícia Civil.

A outra questão que quero levantar aqui, que foi dito pelo deputado Adolfo Viana, tenho um apreço grandioso aos servidores do Estado e servidores da Conder, o que chegou à minha mão não é nenhum projeto que extingue os cargos.

Lerei aqui: “O quadro de pessoal da Companhia é constituído de empregos públicos, preenchidos por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, e de funções de confiança e empregos em comissão, de livre nomeação e exoneração, todos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943.”

Então, quero apenas informar que na minha mão, e ele citou como Líder do Partido dos Trabalhadores, não chegou à minha mão projeto que extingue os cargos da Conder.

Meus queridos deputados e deputadas, servidores, visitantes, deputado Sandro Régis, quero dizer que desde ontem, tenho ficado muito entristecido com o que tenho acompanhado no Plenário do Senado brasileiro com relação ao pedido de *impeachment* da presidenta Dilma.

Quero aqui dizer, porque é lamentável ver um senador como Romero Jucá – que teve o mesmo procedimento de um outro senador, Delcídio Amaral, que também foi afastado – ser um dos julgadores de uma mulher honesta, séria, cumpridora da Constituição da República Brasileira. Vejo uma parte dos julgadores sem moral para fazer o julgamento daquela mulher, além do mais, com intervenções que ultrapassam os limites do pior processo de discriminação a uma mulher.

Lamento ver, inclusive, alguns parlamentares baianos no Congresso Nacional, que achando que estão fazendo algo positivo para a sociedade Brasileira, estão neste momento ratificando uma posição de matar a democracia brasileira e, além do mais, criar uma situação de inversão de investimentos para o Norte/Nordeste.

O impeachment que está sendo debatido – deputado Luciano Ribeiro – tem legalidade na Constituição Brasileira, mas para isso é necessário que antes do julgamento político, que está acontecendo no Senado Brasileiro, seja tipificado o crime de responsabilidade cometido pela presidenta da República.

Estamos vivenciando uma situação inversa, onde há um linchamento da política a uma mulher sem nenhuma forma de tipificação de crime de responsabilidade.

Numa situação esdrúxula onde o principal representante do Tribunal de Contas da União... Se eu fosse ele eu teria vergonha de permanecer naquele momento, em que o presidente do Supremo Tribunal Federal, que conduz aquele processo de impeachment, disse que ele não tinha moral para ser testemunha do processo, porque ele era parte interessada, e ele em seu discurso reconhece que é parte interessada, porque, nas redes sociais, convoca uma manifestação pública a favor do impeachment da presidenta.

É esse mesmo ator que vai lá, e o presidente só faltou o chamar de X9 – apelido que no jargão da polícia significa informante, aquele que leva as informações fora da legalidade. Então, ele estava respondendo aos senadores sem qualquer tipo de moral ou de legalidade, por ser destituído da posição de testemunha para ser um informante para aqueles senadores que estavam ali.

Ou seja, é um debate que criminaliza uma mulher que não têm uma mácula sequer do ponto de vista da sua integridade moral, da sua reputação como mulher, como mãe, como gestora, como presidenta de uma Nação. Hoje, neste momento, a democracia está sendo jogada na lata do lixo, porque há uma inversão de papéis, ao invés de se julgar se há ou não um crime de responsabilidade... E se isso fosse julgado a priori, rebateria na maioria dos governadores, na quase totalidade dos prefeitos, mas, por uma tentativa de não respeitar as urnas, que deram 54 milhões de votos à presidenta eleita pelo voto popular, se tramita no Congresso esse *impeachment*, que foi admitido por um homem que não tem moral alguma, que não tem qualquer capacidade para conduzir um *impeachment*, o Sr. Eduardo Cunha, que, pelas suas manobras, até agora não se conseguiu efetivar aquilo que eu sempre disse às pessoas e aos meus colegas aqui, nesta Casa. Não sou eu que tenho que julgar parlamentar, quem tem que julgar é a população. Sou respeitador do voto popular e não acho que cabe a nós, parlamentares, fazer isso, mesmo que seja permitido pela Constituição federal ou pela Constituição do Estado. Não sou eu, deputado Adolfo Viana, quem

tem aqui que validar ou não a capacidade de continuidade de uma gestão, mas, sim, o povo, e, lamentavelmente, não é isso que está acontecendo nesse processo nacional.

Por isso, deputado Sandro Régis, que me pediu para que eu fizesse essa avaliação do quadro nacional, lamento o que estamos vivendo, isso desestimula qualquer pessoa de bem. É por isso que a política hoje é achincalhada, passou a ter um papel secundário ao olhar da sociedade. E como a política passa a ser secundarizada, os políticos também, deputado Fábio Souto, passam a ser secundarizados por posições como essa em que, pelo arroubo, pela sede do poder, pela vontade de estar no poder, se acaba passando por cima da votação da maioria da população, que conduz pessoas seja ao Legislativo, como parlamentares, seja ao Executivo.

Lamento que estejamos vivendo situação como esta, e olhem que aqui fiz críticas à presidenta Dilma, em quem eu votei, fiz críticas ao seu distanciamento dos movimentos sociais, fiz críticas a ela do ponto de vista de um relacionamento com o segmento empresarial – fiz críticas, mas nenhuma dessas críticas pode levar a um rompimento do processo democrático e ao linchamento por que passam a presidenta e o Partido dos Trabalhadores.

A história vai registrar os golpistas baianos, os golpistas brasileiros, que assumiram na Câmara dos Deputados e que assumirão no Senado uma posição que não tem qualquer tipo de justificativa do ponto de vista da legalidade para se cassar uma mulher honesta. Imagine, deputado Carlos Geilson, uma mulher honesta, séria, sendo julgada por pessoas que não têm qualificação moral para fazer isso – e não sou eu quem está dizendo isso aqui, quem diz são os jornais que publicam os nomes das pessoas que estão sendo investigadas por processo de corrupção. São essas mesmas que querem e que certamente vão tirar uma mulher honesta, que não tem qualquer mácula do ponto de vista da moral. Eu lamento! É triste! É triste pela democracia! Nós vamos para a história, seremos achincalhados internacionalmente como estamos sendo.

Eu vi alguns jornais de circulação internacional, de respeito, que fazem análise da política em diversos países, vi uma charge anteontem e fiquei com vergonha de ver a foto da presidenta Dilma em cima de um pedestal e embaixo o desenho de vários ratos circundando-a. Não foi em nenhum jornal brasileiro, deputado Adolfo Viana, são jornais internacionais. É a nossa reputação sendo jogada fora país afora.

Este País que nos últimos anos emergiu com mais de 50 milhões de homens e mulheres que viviam pedindo esmolas nas feiras livres ou de porta em porta. Este País que mudou consideravelmente o trato com homens e mulheres pobres, negros, do nosso País. Antes desse projeto que se iniciou com o presidente Lula e que deu continuidade com a presidenta Dilma, as mulheres e os homens pobres deste País só serviam para servir aos ricos e que não poderiam estudar nas escolas dos ricos.

É por isso que aqui na Bahia só tinha uma universidade federal, e quem geriu o tempo inteiro esse projeto achava que uma única universidade poderia atender aos ricos suficientemente. E se hoje temos mais seis universidades é para dar oportunidade a outras pessoas.

É por isso que às vezes a gente encontra numa escola pública o filho de um rico e o filho de um pobre. É por isso que a gente encontra em algumas universidades, mesmo privadas, através do financiamento público, jovens que são filhos dos empregados na mesma escola onde estuda também o filho do empregador. Ou seja, é este País que mudou a sua cara para o mundo, que é respeitado pelo mundo como um País que mudou o cenário do ponto de vista da pobreza. Hoje estamos achincalhados pela forma como estamos tratando a política; nós estamos achincalhados porque estamos tratando uma mulher honesta, séria, da forma como foi tratada ontem no Congresso Nacional.

Eu vi a intervenção de alguns senadores e fiquei com vergonha do Parlamento, deputado Adolfo Viana. Eu fiquei com vergonha do Parlamento da forma como se tratou; alguns que não sabem sequer a forma de conduzir o processo do debate e das repercussões jurídicas dele.

Eu vi um ontem perguntar por que a presidenta não recorreu ao STF. E ela teve que responder: “Senador, eu não posso ir para o STF porque o STF é o recurso desta Casa, a qual o senhor faz parte aqui.” Ou seja, são esses julgadores, muitos deles incompetentes, muitos deles que são investigados, muitos deles que não têm moral na rua, que não saem nas ruas porque têm vergonha de serem questionados pela população. E são esses que estão julgando uma mulher honesta, séria, que tem defeitos, porque é um ser humano.

Ontem encontrei com uma determinada pessoa que me disse: “Ah, mas ela é muito fechadona, arrogante!”

Ela pode ter todos esses defeitos, sim, e deve ter, mas ela tem a maior virtude que está faltando em uma parte dos nossos pares, deputado Carlos Geilson, que é honestidade, seriedade, o comprometimento público com a sociedade.

O Sr. Sandro Régis:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Com o aparte o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Rosemberg, após escutar o discurso em que V. Ex^a tenta confundir tudo que aconteceu neste País e imputar ao Senado Federal e ao Congresso Nacional que agiram não em defesa do País, mas em defesa de situações particulares. Como eu tenho amizade com V. Ex^a, vou encerrar o meu aparte dizendo-lhe uma frase que tenho muito escutado por onde passo neste País: “O choro é livre”, deputado Rosemberg Pinto. “O choro é livre”!

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido Sandro, estou acostumado. Estou acostumado a ouvir frases como essa, e respeito bastante V. Ex^a e sei a brincadeira que fez aqui. Mas tenho escutado frases como essa que não são de brincadeira, mas uma forma de tentar menosprezar as pessoas. É uma forma de achar que nós só temos agora que chorar. E eu vou chorar bastante. Vou chorar pela perda dos brasileiros. Vou chorar porque se fala em corrupção, a credita ao Partido dos Trabalhadores e diz que na Petrobras houve uma perda de US\$ 10 bilhões!

Deputado Sandro Régis, a venda de um único campo de petróleo por esse interventor trouxe um prejuízo já de 20 bilhões ao Brasil! Falo por eu estava lá. Um

campo de petróleo que valia U\$ 26 bilhões, deputado Carlos Geilson, foi entregue por U\$ 6 bilhões às empresas internacionais. É isto que quer esse governo: entregar a sociedade brasileira, para voltar a “manda quem pode, obedece quem tem juízo!” Mas longe de achar que a sociedade vai ser assim.

A sociedade experimentou, deputado Sandro Régis, a liberdade. A sociedade experimentou uma presidenta que não fez uma manifestação contrária às manifestações – livres, não tinha nenhuma polícia para impedir as manifestações contra a presidenta Dilma! Diferentemente dos governos anteriores em que eu – eu !– fui impedido de entrar nesta Casa para fazer as minhas manifestações. Isso não acontecerá mais, porque a sociedade experimentou o processo da democracia.

Tenho convicção de que a dor das diferenças que estamos vivendo neste momento ainda é menor do que a dor das ditaduras e da repressão que a sociedade viveu, e que não mais conviverá.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Por último, meu querido, quero agradecer e dizer que este País não merece o que está passando. A sociedade não merece o que está passando.

Deputado Sandro Régis, como V. Ex^a pediu, mudei o meu discurso para falar do cenário nacional, mas estou extremamente triste. Chorarei o massacre da presidenta Dilma e da democracia brasileira.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou representante do PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 5 minutos. Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PP/PCdoB/PSB/PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falará o deputado Adolfo Viana por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Por todo o tempo, o nobre deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, cidadãos que nos acompanham através das nossas galerias, quem ouve o deputado Rosemberg discursar desta Tribuna fica com a sensação de que a presidente Dilma se elegeu fazendo promessas verdadeiras à população. Uma presidente que disse e afirmou, no período eleitoral, que o combustível não iria subir de preço, que a energia

não iria subir de preço, que iria ficar mais barata, que se elegeu fazendo promessas que nunca se concretizaram.

Existiu crime de responsabilidade? Não cabe a nós aqui julgarmos! Cabe, justamente, ao Senado Federal, ao Congresso Nacional. Eu parablenizo, deputado Rosemberg, V. Ex^a, Líder do Partido dos Trabalhadores, que sobe a esta Tribuna e faz a defesa do seu partido. Mas quero dizer a V.Ex^a que a maioria dos brasileiros discorda de V. Ex^a. E quando V. Ex^{as} dizem que o que está sendo cometido é um golpe, eu digo que foi justamente nas ruas do Brasil que nasceu a vontade de destituir a sua presidente da República do cargo de presidente da República.

Mas eu acho, e aí chamo a atenção de todos os parlamentares que compõem esta Assembleia, que nós devemos nos ater, aqui, às nossas responsabilidades. Responsabilidades com o Estado da Bahia. Nós não vamos dar um voto nem contra e nem a favor à presidente Dilma Rousseff. Nós vamos, sim, dar um voto contra ou a favor a um projeto de lei que está aqui para ser apreciado nesta tarde, o da Conder. (Palmas) Projeto esse que sequer passou pelas comissões temáticas desta Casa. Aliás, deputado Luciano Ribeiro, essa tem sido uma prática deste Governo! O Governo encaminha projetos para a votação, aqui, sem a menor discussão, a todo tempo!

Ora, como não discutirmos um projeto como esse no âmbito das comissões? Votarmos um projeto de maneira açodada! E nós temos aqui a representatividade dos funcionários da Casa, que não estão nem um pouco favoráveis a esse projeto. Será que eles foram ouvidos? Será que eles foram escutados? (Palmas) Será que esse projeto foi debatido nesta Casa? Eu pergunto: qual é a função desta Casa Legislativa? Vamos virar uma secretaria de Governo que apenas homologa os projetos que vêm do Poder Executivo?

Eu não acho que isso seja razoável. Acho que, ao apontarmos o dedo para o Congresso Nacional, devemos primeiro fazer o nosso dever de casa! Devemos assumir as nossas responsabilidades! (Palmas) Se existem aqui comissões temáticas, é, justamente, para que os processos que chegam até aqui, os projetos de lei, possam ser amplamente discutidos, e isso não vem ocorrendo! Não vem ocorrendo porque a prática que vem sendo usada aqui é, justamente, a de votarmos todos os projetos em regime de urgência!

É muito fácil subirmos aqui e estar lá atacando a Câmara Federal ou o Senado da República. E nós estamos cumprindo com o nosso papel? Não estamos cumprindo com o nosso papel. Vejo aqui homens e mulheres da Polícia Civil, da Polícia Técnica, agentes penitenciários, todos passaram no concurso público e abriram mão dos seus empregos. Se pegarmos a Lei Orgânica, deputado Luciano Ribeiro, da Polícia Civil, vamos ver que se contratarmos todos que aqui se encontram – incluo também os peritos –, se contratarmos todos que fizeram o concurso, ainda assim não atenderemos a Lei Orgânica. Ou seja, o que esse governo precisa fazer é um exercício do enxugamento da máquina pra dar vez a quem quer trabalhar e defender o Estado da Bahia, e o que esta Casa deve fazer é justamente ter a capacidade de discutir projetos como esse, projetos que vão impactar diretamente a vida dos servidores da Conder e, consequentemente, a vida do Estado da Bahia.

Agora se nós aqui decidirmos que não vamos mais discutir projetos de lei no âmbito das comissões é melhor fechá-las logo. Fecha as comissões temáticas da Casa e manda os projetos direto para o Plenário; porque assim o governo, com a sua ampla base, com seus quarenta e tantos deputados, diz amém, vota os projetos que vêm do executivo sem saber sequer o que estão votando, sem saber sequer o que vai acontecer com a Conder. É isso que não podemos admitir.

Precisamos colocar este Poder Legislativo para ser o que manda a nossa constituição, para ser um Poder independente, que convive em harmonia com os demais Poderes. Mas, Sr. Presidente, o que acontece hoje é justamente o contrário: somos ou estamos virando um Poder subserviente; um Poder que perdeu a capacidade de discutir; um Poder que perdeu a capacidade de fazer apontamentos e de fiscalizar o Poder Executivo. Hoje, a ampla base do governo quer saber como é que é para votar. O líder do governo diz: “É para votar favorável a esse projeto”. E a ampla base governista vai e vota “sim”, sem sequer saber quais são as consequências que teremos com projetos como esse.

Deputado Fábio Souto, confesso que estou bastante desconfortável para votar esse projeto de lei e desafio um parlamentar do governo a subir a esta tribuna e fazer a defesa desse projeto, mostrar porque é bom, mostrar porque esse projeto deve ser votado em regime de urgência. Se algum parlamentar da base do governo tiver essa capacidade, de repente votamos até a favor, mas desde que sejamos convencidos, porque o local dessa discussão acontecer, o local de o poder da argumentação ser utilizado seria justamente nas comissões temáticas. Mas por lá não passam mais projetos, chegam sempre em regime de urgência.

E pergunto a V. Ex^{as}: amanhã seremos questionados: “Como foi a atuação do Legislativo baiano? A Assembleia Legislativa funcionou como espera a maioria do povo da Bahia?”. Seremos julgados assim como estamos julgando hoje o Senado da República e a Câmara dos Deputados. Precisamos fazer esse exercício.

Deputado Luciano Ribeiro, V. Ex^a é um dos mais completos deputados que esta Casa tem, e pergunto a V. Ex^a, como grande jurista que é: V. Ex^a está convencido de que esse projeto deve ser votado em regime de urgência? Tenho certeza que não e tenho certeza que o deputado Fábio Souto também acha que não, como também os próprios deputados da base do governo.

Mas quero dizer, deputado Sandro Régis, que nós da Bancada de Oposição, que é menos favorecida em números do que a Bancada Governista, temos que segurar as pontas e fazer valer a confiança dos baianos. Não podemos permitir que essa Casa vire uma secretaria cartorial do Poder Executivo. Não vamos permitir que esse projeto seja votado sem discussão, precisamos fazer valer a confiança do povo da Bahia.

Ouçó com prazer o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Nobre e combativo deputado Adolfo Viana, eu tenho feito sempre um pronunciamento de que é preciso, independentemente da posição da Situação ou da Oposição, que façamos, primeiro, valer a liberdade e a independência do Poder Legislativo.

Tenho feito um requerimento à Presidência desta Casa para que se manifeste sobre a quantidade de projetos em regime de urgência votada aqui, que está a ferir o Regimento da Casa. Digo isso, porque só podemos votar um terço desses projetos, e estamos votando a totalidade, numa artimanha, numa armadilha que o poder Executivo faz com o Legislativo, de enviar um projeto, fazer o número para votar a urgência, retirar o projeto e, depois, voltar com o mesmo projeto para fazer outra urgência. Isso é um desrespeito, é a completa nulidade do Parlamento baiano.

Por isso parabenizo V. Ex^a pelo seu discurso. (Palmas)

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço a V. Ex^a e incorporo o seu aparte.

E faço um pedido à base do governo. Vamos retirar esse projeto da pauta, vamos abrir uma rodada de conversa com os funcionários da Conder, com a Bancada da Oposição, se possível, retirar até a urgência desse projeto, levá-lo para as Comissões Temáticas para que a gente possa oferecer o melhor produto para o Estado da Bahia.

Quem nos garante que essa é a melhor peça para o nosso Estado, se ela não foi discutida, se ela não foi aprimorada? Deputado Luciano Ribeiro, deputado Sandro Régis, deputado Fábio Souto, eu sugiro a V. Exa, Líder Sandro Régis, que entremos aqui em processo de obstrução. Não vamos permitir que esse projeto seja votado. Isso é um verdadeiro absurdo! Ou nós paramos essa votação para que tenhamos uma discussão ampla, ou seremos também coadjuvantes em um processo que, no meu modo de entender, está sendo votado de maneira equivocada.

É por esse motivo, Sr. Presidente, que eu encerro o meu pronunciamento e peço, de logo, a V. Ex^a uma verificação de quórum para a continuação desta sessão.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão do deputado Adolfo Viana.

Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que o deputado Adolfo Viana, na sua intervenção, acha que não tem muita importância o debate nacional. Talvez, deputado Adolfo Viana. Um deputado federal do seu partido, por quem tenho um apreço imenso, e, quando ele foi prefeito, fizemos várias ações conjuntas, eu na Petrobras e ele na Prefeitura de Salvador, o deputado Antônio Imbassahy, a forma como ele trata uma mulher como a presidenta Dilma, ele acaba por perder o respeito da sociedade. Ele vai à imprensa dizer que aquilo é um enterro de luxo, e o cadáver é a presidenta, o defunto é a presidenta. Um enterro de luxo, deputado Carlos Geilson!

Eu não posso aceitar calado esse tipo de manifestação. Eu não aceito esse tipo de manifestação com os meus adversários, porque precisamos manter o mínimo de

respeito às pessoas se quisermos ser respeitados. É um momento difícil, um país machista que discrimina e continua discriminando as mulheres, e ouvir um parlamentar – eu sei, deputado Adolfo Viana, que V. Ex^a não coaduna com esse tipo de colocação - dizer que aquele momento ali é um enterro de luxo. Isso machuca as pessoas e eu não posso permitir e vou voltar a esta tribuna para pautar essa questão nacional.

Sem nenhum problema e aqui tenho um grande respeito aos servidores da Conder, que tenho debatido e não tem nenhum problema em fazer esse debate nas comissões, aqui, com eles, porque entendo que tem ajustes a serem feitos, mas, também, não podemos permitir que uma instituição como a Conder não tenha o seu conjunto de trabalhadores dentro de uma positividade do ponto de vista das diversas ações e do seu rejuvenescimento. É necessário que se tenha um rejuvenescimento numa instituição, senão ela acaba perdendo sua capacidade de atuação.

Mas esse é um debate que temos que fazer sem nenhum problema. Agora, no projeto que aqui chegou, não tem qualquer tipo de solicitação de exclusão dos quadros. Desconheço onde está essa exclusão neste projeto.

Por isso, deputado Carlos Geilson, quero conclamar os deputados e deputadas para que possamos fazer esse debate neste momento e pedir que os deputados e deputadas venham ao Plenário. Peço que V. Ex^a marque o tempo regimental, que conclame todos os deputados a se fazerem presentes no Plenário para que possamos dar continuidade a esta sessão e debater todas as questões, inclusive, este projeto da

Conder que hoje tramita no Plenário da Casa.

Por isso, deputado Carlos Geilson, solicito a V. Ex^a que convoque nominalmente os deputados, faça soar as campainhas para que possa dar continuidade a esta sessão no prazo regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Há um pedido de verificação de quórum, peço que zere o painel e abra o tempo de 15 minutos. O pedido foi feito pelo nobre deputado Adolfo Viana e ratificado pelo deputado Rosemberg Pinto que pede aos deputados que desejem a manutenção da sessão, por favor que compareçam para dar o quórum.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Dentro dos 15 minutos, V. Ex^a tem cinco minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, este projeto é um absurdo. E no momento em que o deputado Rosemberg se ausenta, V. Ex^a é obrigado a derrubar a sessão. Ele saiu do Plenário, a questão de ordem dele caiu e V. Ex^a pode derrubar a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- A presente sessão está encerrada e vamos convocar a sessão extraordinária.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.